

Plano de Estudos

cesec

Sociologia

Ensino Médio

Módulo II



ESCOLA DE FORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DE EDUCADORES DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões de Almeida

Secretário de Estado de Educação

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretária Adjunta

Fernanda de Siqueira Neves

Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica

Kellen Silva Senra

Superintendência de Políticas Pedagógicas

Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Modalidades de ensino e Temáticas Especiais

Fabiana Benchetrit dos Santos

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos

Denise Jacqueline Silva Oliveira

**Superintendente da Escola de Formação e Desenvolvimento
Profissional de Educadores**

Graziela Santos Trindade

Diretora da Coordenadoria de Ensino da EFE

Janeth Cilene Betônico da Silva

Elaboração e construção

Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento
Profissional de Educadores

Revisão

Equipe Pedagógica e Professores Formadores da Escola de Formação e
Desenvolvimento Profissional de Educadores

Supervisão

Juliano Alves Andrade
Silene Gelmini Araújo Veloso

Prezado Estudante,

Você está recebendo o Plano de Estudos de **SOCIOLOGIA - ENSINO MÉDIO - MÓDULO II**. Nele você encontrará conteúdos e propostas didáticas que o ajudarão a desenvolver habilidades fundamentais para o prosseguimento ou conclusão de seus estudos.

O material foi elaborado considerando o seu perfil, trajetória de vida, interesses, objetivos e necessidades. Neste Plano de Estudos você encontrará uma diversidade de textos, imagens, vídeos, músicas, questões, exercícios e outras propostas pedagógicas que foram elaboradas pensando em favorecer o seu processo de aprendizagem.

Você deverá desenvolver as atividades didáticas aqui propostas a partir dos suportes disponibilizados neste material e no Google Classroom. Porém, para o esclarecimento de qualquer dúvida ou para uma assessoria mais personalizada para a compreensão de conceitos ou realização das questões você pode contar com a orientação de estudos feita pelo professor orientador da aprendizagem do CESEC em que você está matriculado.

Desejamos que seus objetivos possam ser alcançados e que você continue em seu percurso escolar com sucesso.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

TEMA DE ESTUDO: Território e Fronteira.....	05
TEMA DE ESTUDO: Territórios e Fronteiras / Política e Trabalho	25
REFERÊNCIAS	42

MODULO NÚMERO II DE ESTUDO CESEC

Referência: Ensino Médio

Ano Letivo: 2025

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente Curricular: Sociologia

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

(EM13CHS206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

Unidade Temática:

- Território e Fronteira.

Objetos de Conhecimento:

- As relações entre o campo e a cidade; e os problemas sociais no campo brasileiro
- A cidade como questão sociológica
- Movimentos sociais: concentração de descontentamentos?
- Direitos de cidadania / importância dos movimentos sociais
- Os movimentos sociais baseados em classes sociais, como os operários e trabalhadores; e as lutas e conquistas dos movimentos sociais acerca do mundo do trabalho e sua precarização na contemporaneidade.

AS RELAÇÕES ENTRE A CIDADE E O CAMPO

Enquanto cidade e campo são formas concretas, materialização de um modo de vida, urbano e rural são representações sociais. Apesar de serem comumente tratados como sinônimos, os conceitos de rural e campo, urbano e cidade, possuem diferenças em suas conceituações.

Historicamente a relação entre cidade e campo é vista por meio da divisão do trabalho em: intelectual e manual, de modo que na cidade é beneficiado o produto oriundo do campo. No Brasil, entende-se como cidade, os perímetros urbanos das sedes municipais, territórios e populações considerados urbanizados. A cidade é o centro da organização social e econômica, portanto, nela estão concentrados os principais serviços e produtos que são consumidos tanto pela população da própria cidade, quanto pela população do campo, a qual não consegue produzir tudo aquilo de que necessita.

Desta forma, a cidade pressupõe sedentarismo e uma hierarquia sócio-espacial. Conforme Paul Singer (1993), “a cidade é o modo de organização (sócio) espacial que permite à classe dominante maximizar a extração regular de um mais-produto do campo e transformá-lo em garantia alimentar para sua sustentação e de um exército que garanta a regularidade dessa dominação e extração” (MONTE-MÓR, 2006, p. 07). A cidade não apenas controla e comercializa a produção do campo, mas também passa a transformá-la e agregar valor à esta, expandindo sua esfera de dominação. O campo, que até então era praticamente auto suficiente, se vê dependente da cidade, em alguns casos, até para compra de produtos básicos de vida, como alimentos. Assim, tem-se a subordinação do campo em relação à cidade.

Durante as décadas, a crescente industrialização, fez com que muitas pessoas deixassem o campo e migrassem para as cidades. Este fenômeno é conhecido como ÊXODO RURAL, e produz profundas consequências na organização urbana. No Brasil, este teve maior relevância entre os anos de 1960-1980, quando muitas pessoas deixaram o campo, deslocando-se para as cidades em busca de empregos nas fábricas. Com o avanço no meio técnico, a mão-de-obra no campo foi substituída pelos maquinários, expulsando as pessoas da terra, causando um inchaço urbano.

Na cidade, o produto do campo é transformado nas fábricas e, posteriormente, revendido aos consumidores. “A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca” (MONTE-MÓR, 2006, p. 09).

Assim, os produtos deixam de possuir seu valor original, de uso, e passam a ser valorizados pelo custo de troca. Neste processo, o “homem do campo” se torna mais uma vez subordinado à fábrica, pois vê sua produção ser transformada e acrescida de valor.

A configuração do espaço brasileiro passou por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, o que culminou tanto em pontos positivos, quanto em profundos problemas. Dentre os pontos positivos desse processo estão “a queda da mortalidade infantil (que passou da taxa de 150 mortes para cada mil nascidos vivos em 1940 para 29,6 em 2000), o aumento da expectativa de vida (40,7 anos de vida média em 1940 para 70,5 em 2000), a queda da taxa de fertilidade (6,16 filhos por mulher em idade fértil em 1940 para 2,38 em 2000) e o nível de escolaridade (55,9% de analfabetos em 1940 para 13,6% em 2000). Foi notável também a ampliação do saneamento e a ampliação da coleta de lixo domiciliar, mas apesar da melhora referida, alguns desses indicadores ainda deixam muito a desejar” (MARICATO, 2005, p. 01).

Há também diversos desafios impostos ao urbano, como a dependência das pessoas em relação à cidade. As pessoas que antes obtinham seu sustento com base nas atividades do campo, agora são forçadas a se submeterem às atividades industriais. Antes consumiam o produto do seu trabalho, agora o dinheiro intermedia a compra dos produtos necessários. Além disso, a questão fundiária é um grande problema do urbano, já que existe uma inadequada distribuição das populações no território brasileiro, havendo uma maior proporção de pessoas por quilômetro quadrado na região Sudeste do país. Um dos mais complexos desafios diz respeito à mobilidade urbana, uma vez que o uso de automóveis particulares foi disseminado (sociedade de consumo), em detrimento ao uso de transporte público.

Ainda, a especulação imobiliária tornou-se um entrave ao dinamismo do urbano, já que o inchaço das cidades ocasiona a especulação imobiliária, quando as áreas mais centrais são valorizadas em detrimento das periféricas. Assim, as populações de baixa renda são comumente expulsas para as regiões mais marginais.

Um outro problema bastante conhecido é o fenômeno que ficou conhecido como favelização, quando há a valorização de algumas áreas, as pessoas “expulsas” de suas casas são “forçadas” aos espaços inadequados e até ilegais para moradia. As questões ambientais são problemas que afetam igualmente o urbano, com problemas como as ocupações indevidas (encostas de morros, áreas de preservação, etc.), a dificuldade de escoamento das águas (compactação dos solos, asfaltamento), a poluição (sonora, visual, lixo, etc.), a falta de acesso ao saneamento básico e ainda as enchentes, enxurradas, ilhas de calor, etc. Em relação aos problemas do

urbano, Ermínia Maricato defende que o primeiro passo para a mudança é a construção de projetos de longo prazo que incluam mudanças nos transportes e a revisão do uso e ocupação do solo. A revisão sobre uso e ocupação do solo se baseia em controlar a especulação e incluir as populações que são marginalizadas. (POULON, s.d]

Os problemas sociais no campo brasileiro

Os problemas no campo brasileiro se arrastam há centenas de anos. A distribuição desigual de terras desencadeia uma série de conflitos no meio rural. Essa questão teve início durante a década de 1530, com a criação das capitanias hereditárias e o sistema de sesmarias, no qual a Coroa portuguesa distribuía terrenos para quem tivesse condições para produzir, desde que fosse pago um sexto da produção para a Coroa.

Com isso, poucas pessoas adquiriram grandes extensões de terra, estabelecendo diversos latifúndios no país. Algumas famílias concentraram grandes propriedades rurais, e os camponeses passaram a trabalhar como empregados para os detentores de terra. Contudo, a violência no campo se intensificou com a independência do Brasil, em 1822, quando a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, provocando vários assassinatos.

Outro artifício muito utilizado e que desencadeia uma série de conflitos é a grilagem. Esse método é destinado à falsificação de documentos de posse da terra, em que os grileiros colocam documentos falsos em caixas fechadas com grilos até que os papéis fiquem com aparência de envelhecidos. Posteriormente, o imóvel é vendido por meio desse documento falso, ocasionando a expulsão do proprietário, que normalmente é um pequeno agricultor.

Além desses fatores que beneficiam os grandes detentores de terra, outro problema é a atual organização da produção agrícola. A mecanização e a utilização massiva de tecnologia no campo têm forçado os pequenos produtores a venderem suas propriedades e trabalharem como empregados ou migrarem para as cidades, visto que muitos deles não conseguem mecanizar sua produção, fato que resulta no baixo rendimento, o que os coloca em desvantagem no mercado.

Diante desse cenário de concentração fundiária, vários movimentos sociais foram criados com o intuito de reverter esse quadro. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, reivindica a realização da reforma agrária, ocupando latifúndios como forma de pressionar o governo. No entanto, essas ocupações nem sempre são solucionadas de

forma pacífica, desencadeando conflitos no campo. Outros problemas no campo são a utilização de mão de obra infantil e a exploração do trabalhador.

Apesar da abolição da escravatura ter ocorrido em 1888, o Brasil ainda registra denúncias de trabalho escravo. Proprietários de algumas fazendas contratam funcionários, que são obrigados a custear a viagem, alimentação, estadia, etc. Sendo assim, o trabalhador, antes mesmo de iniciar as atividades, já está endividado, sendo obrigado a trabalhar para quitar todo o “investimento” do patrão.

Portanto, é necessário que políticas públicas sejam desenvolvidas para solucionar esses problemas, de forma a reduzir a desigualdade no campo, fiscalizar as condições de trabalho, além de oferecer subsídios para os pequenos produtores rurais. (FRANCISCO, s.d)

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, chegou o momento de verificar o que assimilou e compreendeu do conteúdo estudado. Sendo assim leia, consulte e pesquise atentamente os textos “As relações entre a cidade e o campo” e “Os problemas sociais no campo” para responder às questões abaixo, e se for oportuno, pesquise na internet, em livros de Sociologia disponíveis na biblioteca, tendo assim a oportunidade de ampliar e enriquecer seus conhecimentos. As questões de múltipla escolha, você deverá marcar a questão correta, e nas perguntas abertas, com base nos textos e outras fontes de pesquisa, responda corretamente às perguntas.

1. Consulte o texto e assinale a alternativa que completa corretamente a frase abaixo:

“...impôs à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural.”

- A) O êxodo rural
- B) o inchaço urbano
- C) O avanço técnico
- D) O sedentarismo
- E) A indústria

2. Explique como é vista historicamente a relação entre cidade e campo, na visão autora do texto:

3. Atualmente é um grande entrave ao dinamismo urbano, já que o inchaço das cidades ocasiona a especulação fazendo com que as áreas mais centrais sejam muito valorizadas em detrimento das periféricas.

A) o crescimento populacional

A) B) a especulação imobiliária

B) o êxodo rural

C) a industrialização moderna

D) a expansão comercial

4. No Brasil _____ correspondem aos perímetros das sedes municipais, territórios e populações considerados urbanizados.

A) as metrópoles

B) os campos

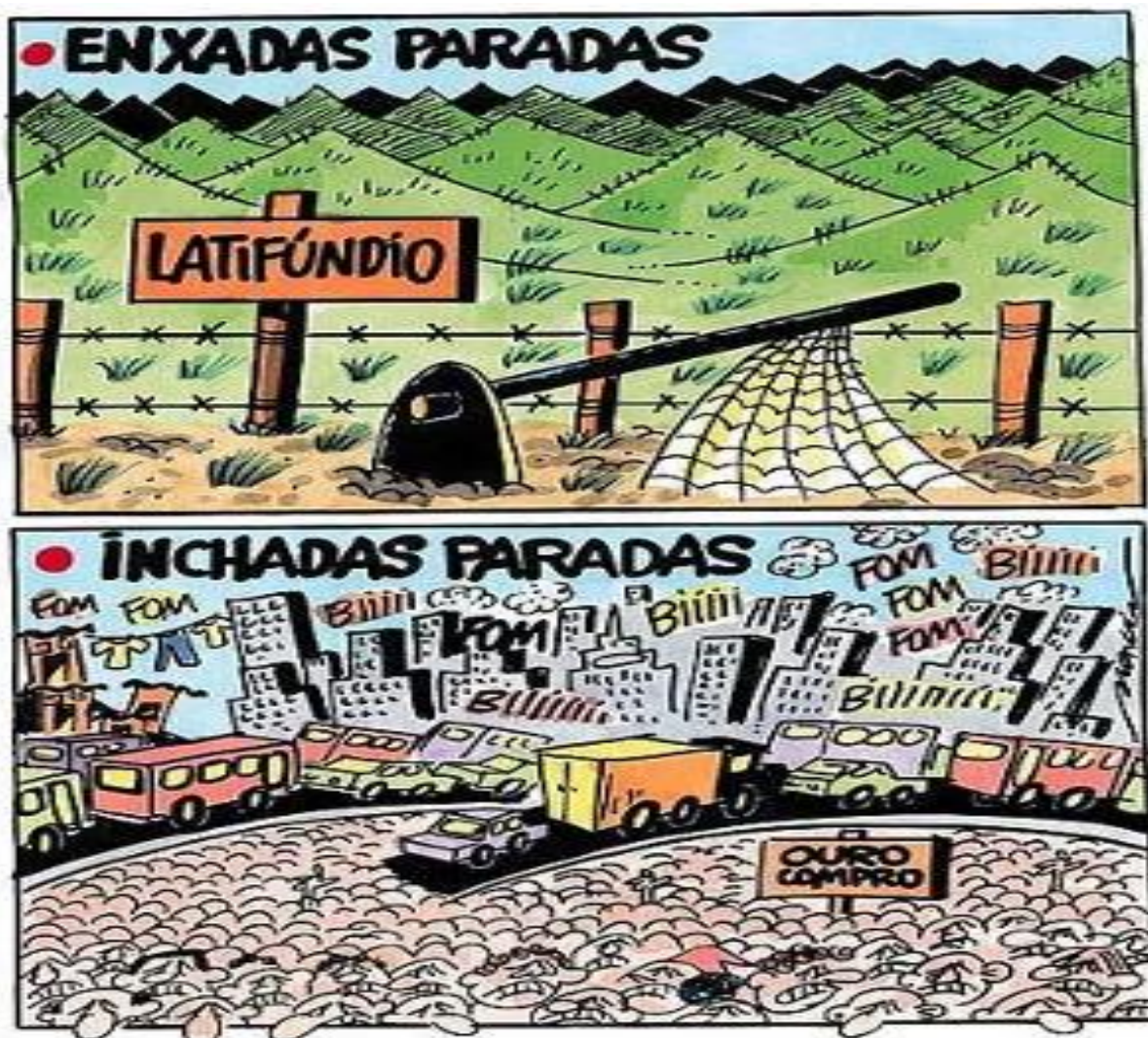
C) as cidades

D) a região industrial

E) o centro comercial

5. Cite 2 pontos positivos das transformações ocorridas no espaço brasileiro na segunda metade do século XX.

6. Analise a charge a seguir:



Tirinha sobre as “enxadas paradas” e as “inchadas paradas”

BARALDI, M. Disponível em: <http://www.marciobaraldi.com.br>. Acesso em: 17 ago de 2024.

A posição crítica assumida pela charge de Márcio Baraldi aponta um problema social no campo e o seu efeito sobre as cidades, que se expressa pela relação entre:

- A) ausência de produtividade e falta de empregos
- B) oportunidades no campo e explosão demográfica
- C) concentração de terras e êxodo rural
- D) ampliação de latifúndios e industrialização
- E) ausência de tecnologia no campo e urbanização

7. Explique quando e como se deu a distribuição desigual de terras no meio rural:

8. De que forma ocorre o método da grilagem de terras?

9. Para solucionar os problemas rurais, de forma a reduzir a desigualdade no campo, fiscalizar as condições de trabalho, além de oferecer subsídios para os pequenos produtores rurais é necessário que sejam desenvolvidas...

- A) novas urbanizações.
- B) políticas públicas.
- C) leis contra a grilagem.
- D) novas modernizações no campo.
- E) políticas urbanas.

Caro estudante, nos temas abaixo, você irá identificar, estudar e compreender as questões sociológicas presentes na cidade, e também estudará o surgimento dos Movimentos sociais, perpassando pelo conhecimento e entendimento dos direitos e deveres do cidadão, e por conseguinte, irá conhecer o contexto histórico e social que tornou necessário o surgimento de inúmeros movimentos sociais como forma de lutar e buscar melhorias sociais, tendo assim a oportunidade de conhecer, entender e aprofundar seu conhecimento e entendimento desses assuntos.

A cidade como questão sociológica

O alemão *Georg Simmel* (1858-1918) teve ideias que se tornaram importantes para a formação da Sociologia, em especial para o estudo do impacto das grandes cidades sobre a vida dos indivíduos. Interessava a Simmel refletir sobre a adaptação do indivíduo diante das transformações ocasionadas pela industrialização e pela expansão do capitalismo que ocorreram na Europa a partir da segunda metade do século XIX.

Ele considerava as cidades industrializadas, e em especial as metrópoles que se formavam no contexto europeu, um espaço exemplar dos princípios da sociedade capitalista e da realização do moderno, isto é, da ampliação da economia monetária, já que o dinheiro seria um dos símbolos da modernidade por alargar os círculos sociais e estabelecer novos estilos de vida.

Para ele, o ritmo acelerado, a impessoalidade, a concentração de riquezas, a produção voltada para o mercado e a exigência de exatidão nos compromissos nas cidades grandes contrastavam com o compasso lento e as relações pautadas pelo sentimento nas pequenas cidades. Observando a vida que se desenrolava nos salões, cafés e ruas, mas também os objetos, como relógios e máquinas de escrever, esse pensador demonstrou que o morador das metrópoles tinha uma espécie de personalidade calculista e pouco aberta para interações mais profundas com as outras pessoas, enquanto o habitante da pequena cidade tinha a vida baseada em relacionamentos e laços emocionais fortes.

Um exemplo pode ajudar a compreender como ele olhava para a cidade: em cidades grandes estamos muito próximos corporalmente uns dos outros, já que o tempo todo esbarramos nas pessoas nas ruas, nas filas, no transporte público etc. Ao mesmo tempo, estamos muito distantes, já que na maior parte das vezes as relações que estabelecemos uns com os outros nas grandes cidades é muito fria e impessoal.

Essa posição de distanciamento, indiferença ou reserva se refere, nos termos do autor, ao caráter blasé que os indivíduos assumem para se proteger dos

inúmeros estímulos quantitativos, estéticos, monetários e auditivos das grandes cidades, como o barulho das máquinas e o grande número de pessoas transitando nas ruas e estações de trem.

E foi justamente esse tipo de postura, de distanciamento em relação ao outro e às situações que aconteciam nas cidades, que tornou possível a adaptação da personalidade humana às intensas transformações da cidade industrial, sendo este o tipo de individualismo possível na sociedade moderna que se apresentava.

Além disso, Simmel argumentou que a sociedade é um dos modos pelos quais a experiência humana pode ser organizada; é uma rede de relações que opera em dado espaço e tempo social e na qual o indivíduo se torna parte do todo. Ainda segundo o autor, a associação básica de toda sociedade é a sociabilidade, uma forma de associação valorizada em si mesmo, sem qualquer outro interesse e objetivo que não seja o ato de estar junto. Isto é, a sociabilidade é uma forma de associação de pessoas que se reúnem para compartilhar momentos e estarem juntas em diferentes contextos, como nos salões burgueses, clubes e cafés.

Mas cabe perguntar: Como a sociabilidade nas grandes cidades é possível se a vida cotidiana é marcada pela reserva e indiferença dos indivíduos, pela situação de proximidade física e distância espiritual?

Para Simmel, a sociabilidade na cidade grande representa um momento de alívio e descontração diante dos tantos comportamentos sérios e objetivos que as metrópoles estabelecem a seus habitantes cotidianamente. Mais que isso, a sociabilidade é o próprio espaço das subjetividades, ou seja, da expressão das emoções, da intimidade e da realização interior de cada indivíduo.

Ideias fundamentais de Georg Simmel

- **Sociedade:** é uma rede de relações que opera em certo espaço e tempo social, na qual o indivíduo se torna parte do todo; é o nome dado a vários indivíduos ligados pela interação, isto é, agindo e reagindo entre si para promover aproximação, distanciamento, conflito etc.
- **Individualismo moderno:** todo indivíduo moderno se situa entre o anonimato e a multiplicidade de papéis sociais, e é por meio de uma postura blasé, entendida como reservada, distanciada e indiferente aos variados estímulos das metrópoles, que os indivíduos preservam suas singularidades.
- **Sociabilidade:** é a forma de socialização básica de toda sociedade; uma forma de associação valorizada em si mesma, sem qualquer outro interesse e objetivo que não seja o ato de estar junto.

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, chegou o momento de realizar a atividade e assim verificar o que absorveu e assimilou do tema estudado.

Portanto, consulte e pesquise o texto “A cidade como questão sociológica”, para responder às questões, e se for oportuno pesquise na internet, em livros de Sociologia na Biblioteca, ampliando e enriquecendo seus conhecimentos.

As questões de múltipla escolha, você deverá marcar a questão correta, e nas perguntas abertas, consulte o texto e escreva a resposta correspondente à pergunta.

1. Como Georg Simmel considerava as cidades industrializadas?

2. Na sua observação da vida que se desenrolava nos salões, cafés, ruas, como também de objetos, máquinas de escrever, Georg Simmel demonstrou a personalidade calculista e pouco aberta para interações mais profundas com outras pessoas...

- A) do morador da pequena cidade.
- B) do trabalhador industrial.
- C) do morador das metrópoles.
- D) do trabalhador rural

3. A posição de distanciamento, indiferença ou reserva, que os indivíduos assumem para se proteger dos inúmeros estímulos das grandes cidades, é o que Georg Simmel chama de caráter...

- A) de sociabilidade
- B) da individualidade
- C) da metrópole
- D) blasé

4. Explique o que é a Sociabilidade:

5. Como que o indivíduo moderno preserva suas singularidades, de acordo com Simmel?

Movimentos sociais: concentração de descontentamentos?

Olá, estudante! Como é gratificante ver seu empenho e compromisso. Para o estudo desse tema é importante refletir que uma ação ocasiona uma reação. É essa a ideia presente na constituição dos movimentos sociais. Se há injustiças de toda sorte, há também a resposta da sociedade, que se organiza e luta por seus direitos e por condições mais justas de vida.

Neste texto, você irá adquirir e obter conhecimentos sobre os movimentos sociais, seu surgimento, contexto histórico, e também terá a oportunidade de percorrer e entender todo o processo que culminou na conquista de inúmeros direitos no Brasil, através da mobilização e participação efetiva da população na luta por esses direitos. Então foco e muito atenção na leitura e estudo desses assuntos.

O que são direitos?

É comum ouvir nas ruas, na televisão ou ler nos jornais as palavras cidadão e cidadania. Quando elas são mencionadas, em geral também se fala em direitos e deveres. Os direitos são o que as pessoas podem fazer além das necessidades básicas que precisam ser garantidas, e os deveres são as obrigações, aquilo que as pessoas precisam fazer. Quem estabelece o que os habitantes de determinado país podem (direitos) e devem (deveres) fazer é a sociedade, por meio de um conjunto de normas ou leis instituídas pelas autoridades legais. Assim, a concepção de direito surge quando se estabelece que as leis devem ser seguidas por todos aqueles que participam do mesmo grupo social. Essas englobam direitos e deveres e regulamentam as formas pelas quais as pessoas se organizam em sociedade e constroem as regras fundamentais para a convivência, ou até mesmo para a sobrevivência do grupo.

Portanto, direito e cidadania são conceitos interligados, já que cidadãos são as pessoas reconhecidas pela sociedade como aquelas cujos direitos estão garantidos pelas leis e que têm o dever de se submeter a elas. Observe que há direitos já estabelecidos na sociedade antes do nascimento de uma pessoa e outros inúmeros ainda a serem conquistados ao longo de sua vida.

Por exemplo, uma pessoa tem direito a: ter seu nascimento reconhecido, estudar, andar nas ruas, votar e ser votada, não ser presa sem motivo, viver com dignidade, ter emprego, entre tantos outros. É importante ficar claro que, quando a sociedade estabelece que os cidadãos possuem determinado direito, automaticamente eles podem exigir das autoridades legais as condições para exercer esse direito.

Contudo, quando a trajetória da conquista dos direitos é analisada por uma

perspectiva histórica, percebe-se que nem sempre as pessoas tiveram o poder legítimo do cidadão moderno de reivindicar direitos ou de exigir sua efetivação pelas autoridades legais. São muitas as teorias que buscam explicar o surgimento do direito na história da humanidade e também há diversas hipóteses sobre isso.

O filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) elaborou a teoria de que o homem abandona seu estado de natureza (selvagem) por um estado civil (cidadão), em que decide se submeter a normas pelo bem da comunidade. Os vários tipos de normas e leis conhecidas até hoje buscam garantir que a sociedade viva de acordo com certo padrão. Assim, há um conjunto de normas definido pelas ordens política e jurídica de cada sociedade – no caso das sociedades modernas, elas são definidas pelo Estado –, e aqueles que não as seguem são punidos de acordo com a lei.

Em geral, quando se pensa nas leis, tem-se a impressão de que elas são naturais, que sempre existiram. Essa sensação de naturalidade costuma acontecer porque parte delas já existia e era praticada e validada quando nascemos. Mas, na realidade, tais normas foram criadas progressivamente, com base nos apelos das sociedades para aqueles que as governavam.

As leis se modificam ao longo do tempo, em função de novas necessidades e interesses de cada sociedade. São essas necessidades e interesses que, ao se constituírem em leis e se legitimar perante toda a sociedade, se transformam em direitos. Por exemplo, na Constituição brasileira de 1988, os legisladores da Assembleia Constituinte, motivados pela militância do Movimento Negro, incluíram um parágrafo que tornou a prática do racismo no País um crime inafiançável e imprescritível.

Direitos de cidadania

Compreender o significado e a abrangência do que vem a ser cidadania é tarefa complexa, mas não impossível.

Quando se fala em cidadania, faz-se referência, portanto, ao conjunto de direitos e deveres dos cidadãos, os quais são geridos por determinado regime político, que, por sua vez, contempla um sistema jurídico. Mas fique atento! A cidadania estabelece sempre um diálogo estreito com a história de cada país e acompanha o dinamismo de cada sociedade.

Um exemplo recente para uma fácil compreensão do dinamismo que envolve a cidadania: O Brasil viveu um período de ditadura militar iniciado em 1964, que se prolongou até 1985, e durante todos esses anos a população não teve direito de escolher seus presidentes. Com a chamada “abertura democrática” – período assim denominado por se tratar da fase de transição

da ditadura para o restabelecimento da democracia –, houve um crescente desejo da população em recuperar seu direito de votar.

Os longos anos de repressão foram marcados por atos violentos de toda sorte, como o desaparecimento e a morte de inúmeros manifestantes, presos políticos torturados e muitos exilados para diversos países. O restabelecimento da democracia pedia o voto direto para escolha do presidente.



Manifestação da campanha Diretas Já!, cuja reivindicação era o direito de a população eleger o presidente da República por meio do voto.

Fonte: caderno do estudante. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) : Secretaria da Educação (SEE), 2015.

A democracia foi, aos poucos, recuperando seus mecanismos, mas a pressão vinda das ruas fez com que o direito ao voto fosse restaurado mais rapidamente. Por essa razão é importante considerar o movimento presente em cada sociedade na obtenção de direitos.

Os chamados direitos de cidadania são classificados em três tipos:

- direitos civis, relacionados ao indivíduo e sua liberdade. Por exemplo: liberdade de expressão e de pensamento; o direito de ir e vir; liberdade para escolher a religião etc.;

- direitos políticos, aqueles que facultam aos cidadãos a possibilidade de escolher os governantes e aqueles que vão representá-los nas câmaras de vereadores, de deputados; concede o direito também de organização em associações de classe, sindicatos ou partidos políticos;
- direitos sociais, vinculados ao acesso à educação, saúde, trabalho, moradia etc.

Importância dos Movimentos sociais

Se o processo de conquista de direitos no Brasil foi tortuoso e marcado por forte violência física e psicológica, é importante pensar que a participação popular foi, e continua sendo, decisiva para a construção de uma sociedade mais igualitária.

O que são movimentos sociais?

Movimentos sociais podem ser compreendidos como as ações, de caráter coletivo, que reivindicam direitos para a população ou para segmentos dela, como trabalhadores, mulheres, negros, LGBTs etc.

O sociólogo francês Alain Touraine (1925-) considera que o avanço da industrialização – propiciou a consolidação do movimento operário e, com base nele, outros novos foram organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Negro, o movimento feminista, entre outros.

Algumas correntes teóricas buscaram compreender melhor os movimentos sociais:

1. Escola de Chicago (final dos anos 1940) – desenvolveu a ideia de que os movimentos sociais exercem papel educativo na população, pois é a participação que colabora de forma decisiva na constituição da consciência política. Essa linha de pensamento influenciou a noção de formação de líderes para atuarem nos movimentos, os quais teriam a função de organizar as massas de modo a elevar o patamar de vida da população mais carente. Essa concepção foi bastante difundida no Brasil durante os anos 1970, em especial pela Igreja Católica entre os adeptos da Teologia da Libertação, uma corrente do catolicismo situada à esquerda na política e que luta contra as injustiças sociais.
2. Sociedade de massas (entre os anos 1940 e 1950) – corrente cujo principal expoente foi Erich Fromm (1900-1980), psicanalista, filósofo e sociólogo alemão, que compreendia que as manifestações coletivas são fruto de profundo descontentamento da população. A ponderação que faz, contudo, é sobre o comportamento que surge

nos movimentos de massa que, para ele, são heróicos ou violentos. Tanto o heroísmo como a violência são resultado da perda do uso da razão.

3. Sociopolítica (anos 1950) – representada principalmente pelo sociólogo alemão Rudolf Heberle (1896-1991), que, atuando nos Estados Unidos, construiu sua teoria sobre os movimentos sociais, mas restrita aos relacionados à classe operária. Na compreensão sociopolítica (aquela que articula as questões sociais e as políticas), os movimentos sociais surgem do descontentamento individual.
4. Funcionalista (anos 1950) – liderada pelo sociólogo Talcott Parsons (1902-1979), adepto do funcionalismo, centrou suas análises na função exercida pelos indivíduos na sociedade. Nessa corrente, os movimentos sociais são compreendidos como algo que surge quando os costumes que até então eram suficientes para explicar a realidade tornam-se ultrapassados e geram inquietação na população ou em parte dela. Tal percepção se alinha ao pensamento de Émile Durkheim, à medida que, para os adeptos dessa linha de pensamento, a ordem social deve existir de modo permanente e qualquer sinal que procure romper com essa ordem social deve ser rapidamente controlado. Observe que nessa corrente não se estabelece relação entre o social e o político, predominando apenas o conformismo e o pensamento acrítico em relação à ideia do papel que cada um assume na sociedade.

Alain Touraine trouxe, nos anos 1970, importante contribuição à Sociologia ao discutir os movimentos sociais. Para ele, um movimento social se constitui quando há algum elemento comum que interligue os participantes, além da identificação de um opositor idêntico a todos os participantes.

Por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra:

- elemento comum que os une: desejo de implantar a reforma agrária e distribuição de terras improdutivas;
- opositor: proprietários de terras improdutivas e governos que mantêm as políticas que favorecem esses proprietários.

Algumas conclusões:

- a organização da população em movimentos sociais é o despertar da consciência de seu papel como sujeito das transformações políticas e sociais;
- os movimentos sociais não estão desvinculados das questões relativas

às classes sociais, pois são, frequentemente, expressões das desigualdades de toda sorte produzidas no contexto do sistema capitalista. (SÃO PAULO, 2015)

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, agora que já realizou o estudo atento e focado, chegou o momento de realizar a atividade para verificar o que compreendeu e absorveu do tema estudado.

Portanto, consulte e pesquise o texto *Movimentos sociais: concentração de descontentamentos?* e *Direitos e cidadania*, para que assim possa responder corretamente às questões abaixo, e se for oportuno, pesquise na internet, livros de Sociologia disponíveis na biblioteca, esclareça suas dúvidas com o professor orientador, enriquecendo e ampliando seus conhecimentos.

As questões de múltipla escolha, você deverá marcar a questão correta, nas perguntas abertas, consulte o texto e escreva a resposta correspondente à pergunta, e na questão de verdadeiro ou falso, você deverá identificar cada afirmativa com V ou F, classificando-as em verdadeiro ou falso. Sucesso e bons estudos.

1. Com base no texto, explique o que são direitos e deveres na sociedade:

2. Leia as frases abaixo e identifique com V (verdadeiro) e com F (falso):

() Quem estabelece o que os habitantes de determinado país podem (direitos) e devem (deveres) fazer é o poder judiciário.

() O direito e a cidadania são conceitos interligados, e os cidadãos são as pessoas reconhecidas pela sociedade como aquelas cujos direitos estão garantidos pelas leis e que têm o dever de se submeter a elas.

() O filósofo Jean-Jacques Rousseau elaborou a teoria de que o homem abandona seu estado de selvagem por um estado de dominação e opressão na sociedade.

() Quando a sociedade estabelece que os cidadãos possuem

determinado direito, automaticamente eles podem exigir das autoridades legais as condições para exercer esse direito.

3. Cite alguns dos atos violentos que marcaram os longos anos de repressão vividos no Brasil, durante a ditadura militar:

4. Cite os três tipos como são classificados os direitos de cidadania do cidadão:

5. Segundo o sociólogo Alain Touraine, quais movimentos sociais surgiram com o avanço da industrialização?

6. Nessa corrente sociológica, os movimentos sociais são compreendidos como algo que surge quando os costumes que até então eram suficientes para explicar a realidade tornam-se ultrapassados.

- A) Teoria da Sociedade de massas
- B) Teoria da Escola de Chicago
- C) Teoria Funcionalista
- D) Teoria Sociopolítica

7. De acordo com a teoria da Escola de Chicago, o que os movimentos sociais exercem na sociedade?

8. (Enem/2015) “Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.”

(Adaptado de: COHN, M. G. M. Os sem-terras, ONGs e cidadania. São Paulo: Cortez, 2003). disponível em: <https://www.todamateria.com.br/questoes-sobre-os-movimentos-sociais/>- acesso 17 ago 2024

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- A) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- B) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais
difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- C) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos
- D) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Unidade Temática:

- Territórios e Fronteiras / Política e Trabalho.

Objetos de Conhecimento:

- Transformações no mundo do trabalho: automação e flexibilização do trabalho
- A precarização das condições de trabalho
- Robôs e o futuro dos trabalhadores e do emprego
- Sistemas flexíveis de produção
- Os processos de modernização e transformação das relações de trabalho a partir dos estudos sociológicos sobre o tema.

Caro (a) estudante, ver sua dedicação, compromisso e persistência é uma alegria. Você, agora, irá conhecer e estudar temas de grande importância para a sociedade, como para a sua vida, pois são temas relacionados ao *Trabalho e às transformações ocorridas na sociedade e em todo o contexto relacionado ao mundo do trabalho*.

Para isso é muito importante que você leia, estuda e estabeleça uma reflexão atenta correlacionando os diversos temas apresentados que são “As transformações recentes no mundo do trabalho”, a “ Flexibilização e precariedade do trabalho”, os “ Robôs e o futuro dos trabalhadores e do emprego” e finalizando os “Sistemas flexíveis de produção”. Esses temas lhe proporcionaram um conhecimento claro, objetivo e contextualizado das transformações ocorridas no mundo do trabalho, como da importância do trabalho para o indivíduo e para toda sociedade.

Sendo assim, continue com esse foco e dedicação. Leia atentamente o conteúdo, e em seguida, realize as atividades retornando e consultando o conteúdo estudado.

As transformações recentes no mundo do trabalho



Operários em linha de montagem da fábrica Toyota. Onnaing, França, 2015.

Fonte: Livro- Sociologia para o ensino médio – Volume único (Ensino Médio) © Nelson Dacio Tomazi, Marco Antonio Rossi, 2016

Muitas transformações ocorreram na sociedade contemporânea – principalmente depois da década de 1970 – relacionadas com a busca por maior lucratividade nas empresas. Pode-se observar que as antigas formas de trabalho estão novamente em vigor: trabalho servil, escravidão em termos bem realistas, trabalho infantil, trabalho por tempo determinado, trabalho em casa etc. Além dessas formas de trabalho já bastante conhecidas, há também outras mais organizadas, com a utilização das mais avançadas tecnologias, nas quais a “automação” e a “flexibilização” geram o que vem sendo chamado de reestruturação produtiva.

Automação e flexibilização do trabalho

Em seu livro *Condição pós-moderna*, o geógrafo britânico David Harvey (1935-) chamou a fase posterior à década de 1970 de pós-fordista, ou fase da acumulação flexível. Para ele, essa fase se caracterizaria pela flexibilização crescente no mundo do trabalho, que se expressa nas formas de trabalho e também nos locais de trabalho.

A flexibilização nas formas de trabalhar ocorre com a automação e a consequente eliminação do controle manual por parte do trabalhador.

Desse modo, o engenheiro que entende de programação eletrônica, de supervisão ou de análise de sistemas passa a ter uma importância estratégica nas novas instalações industriais.

Com o processo de automação, não existe mais um trabalhador específico para uma tarefa específica. O trabalhador deve estar disponível para adaptar-se a diversas funções. Os que não se adaptam normalmente são despedidos. A nova configuração mundial do trabalho cria, assim, muita incerteza e insegurança; por isso, a situação dos trabalhadores no mundo de hoje é bastante sombria.

A flexibilização nas formas de trabalho ocorre quando os empregadores substituem o emprego regular, sob contrato, sindicalizado, pelo trabalho doméstico e familiar, autônomo, temporário, por hora ou por curto prazo, terceirizado etc. Isso provoca alta rotatividade da força de trabalho e, conseqüentemente, baixo nível de especialização e forte retrocesso da ação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

A acumulação flexível ou pós-fordismo

[...] A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. [...]

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARLEY, 1992)

A precarização das condições de trabalho

Até pouco tempo atrás, era comum um indivíduo entrar numa empresa, trabalhar anos seguidos e se aposentar nela. Era o chamado posto fixo de trabalho.



A dificuldade do jovem para entrar no mercado de trabalho em charge de Nani, 2011.

Fonte: Livro- Sociologia para o ensino médio – Volume único (Ensino Médio) © Nelson Dacio Tomazi, Marco Antonio Rossi, 2016

Hoje, isso está, pouco a pouco, desaparecendo, conforme explica o sociólogo francês Robert Castel (1933-2013), em seu livro *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. O sociólogo declara que essa situação está dando lugar a uma nova sociedade, na qual o trabalho e a previdência já não significam segurança, o que causa transtornos terríveis em termos sociais e individuais. Ele destaca quatro aspectos que parecem estar se generalizando no mundo:

- A desestabilização dos estáveis – As pessoas que têm emprego estão sendo “invalidadas” por vários motivos. Algumas porque são consideradas “velhas” (em torno de 50 anos); outras porque não têm formação adequada para o cargo pretendido.
- A precariedade do trabalho – Há desemprego constante nos últimos anos, e a maioria dos trabalhadores desempregados só encontra postos de trabalho instáveis, de curta duração ou em períodos alternados.
- O déficit de lugares – Não há postos de trabalho para todos, nem para os que estão envelhecendo, nem para os jovens que procuram emprego pela primeira vez. Isso sem falar naqueles que estão desempregados há muito tempo, ainda que participem de programas de requalificação.

- A qualificação do emprego – Há tantas exigências para a formação do trabalhador que se cria uma situação aparentemente sem solução. É o caso dos jovens que não são contratados porque não têm experiência, mas nunca poderão ter experiência se não forem contratados. Pessoas em torno dos 20 anos de idade ficam vagando de estágio em estágio ou de programas de estágio para outros programas. Há, ainda, jovens que ocupam empregos para os quais não é necessária a qualificação que têm.

Flexibilização e precariedade do trabalho

[...] A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: “O trabalhador preconizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade .” [...]

A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições.

É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. Com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram suas produções para além dos limites nacionais e, sobretudo, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade [...]. A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana.[...] (ANTUNES, 2009)

Diante dessas situações, há indivíduos que não conseguem se integrar à sociedade, desqualificando-se também do ponto de vista cívico e político. Ocorre uma perda expressiva de identidade, já que o trabalho é uma espécie de “passaporte” para o indivíduo fazer parte da sociedade.

Em decorrência das questões apontadas por Vasapollo, desenvolveu-se recentemente um novo tipo de sujeito no mundo do trabalho, uma camada social situada entre as camadas inferiores na hierarquia dos trabalhadores, a qual está sendo chamada de precariado. O precariado surgiu das transformações recentes no mundo do trabalho e também como desdobramento da crise econômica que se desenrola desde o final do século XX. Abarca principalmente os jovens com escolaridade superior (também precária e conquistada em instituições universitárias de pouca credibilidade ou enraizamento social) e é bem visível em vários países da Europa, mas não só lá.

No documentário *Precários inflexíveis* (de Giovanni Alves, *Práxis Vídeo*), um jovem trabalhador, precário, português de 26 anos, expõe com clareza o que é participar do precariado:

“O problema para mim essencial é não conseguir planejar meu futuro. Não consigo ter noção daqui a três meses que é que eu vou estar a fazer; daqui a três meses que dinheiro que eu vou ter no banco; quais são minhas perspectivas de emprego; se posso ou não ter filhos; se posso ou não morar com alguém. Acho que este é o principal problema da precariedade, além dos vínculos laborais precários, dos baixos salários etc.; com eles vem sempre esse futuro que nos estão a tirar e além de todos os outros direitos laborais...”

O jovem conclui: “Ser precário é acordar de manhã e não saber se o dia que nos espera vai ser ainda pior que o anterior”.

Robôs e o futuro dos trabalhadores e do emprego

A disseminação cada vez maior dos robôs irá transformar a economia global nos próximos 20 anos, e embora a ascensão dessas “máquinas inteligentes” vá proporcionar uma significativa redução de custos para os negócios, isso também irá aumentar a desigualdade social, já que elas substituirão os seres humanos em diversas atividades e profissões.

A previsão consta de um novo relatório, de 300 páginas, elaborado por analistas do banco de investimento Bank of America Merrill Lynch, publicado com exclusividade pelo jornal britânico The Guardian.

O estudo procura delinear o impacto do que os analistas classificam como a quarta revolução industrial. “Estamos diante de uma mudança de

paradigma que vai transformar a maneira como vivemos e trabalhamos”, dizem os autores. “O ritmo de inovação tecnológica disruptiva passou de linear para parabólica nos últimos anos. A penetração dos robôs e o uso da inteligência artificial (IA) atingem todos os setores da indústria, e cada vez mais vêm se tornando parte integrante de nossas vidas cotidianas.”

A “revolução dos robôs” pode deixar até 35% de todos os trabalhadores no Reino Unido e 47% nos Estados Unidos sem emprego ao longo dos próximos 20 anos, de acordo com uma pesquisa da Universidade de Oxford citada no relatório, sendo que a extinção dos empregos deve ficar concentrada na parte inferior da escala social.



Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2018/03/os-robos-vao-roubar-seu-trabalho-tudo-bem-diz-pesquisador-italiano.html> - acesso em 18 ago 2024.

“A tendência é preocupante, principalmente em mercados como o dos EUA, porque muitos dos empregos criados nos últimos anos são de baixa remuneração, manuais, ou serviços que geralmente são considerados de alto risco, passíveis de serem substituídos por robôs”, diz o banco. “Um grande risco da proliferação dos robôs e da inteligência artificial é o potencial de polarização crescente no mercado de trabalho, especialmente nos empregos de baixa remuneração.”

[...] O estudo ressalta que não são apenas empregos pouco qualificados [...] que poderão ser substituídos por robôs. Um relatório do McKinsey Global Institute, de 2013, constata que até US\$9 trilhões em custos salariais globais podem ser economizados com o uso do conhecimento computacional em tarefas intensivas, como a análise de ratings de crédito e aconselhamento financeiro.

Prós e contras

Entusiastas do uso de robôs argumentam que eles podem superar as fraquezas e falhas de trabalhadores. O relatório cita uma pesquisa que mostra que os juízes tendem a ser mais draconianos na fase que antecede o almoço e mais brandos depois da refeição.

Mas os analistas do Bank of America Merrill Lynch apontam que as grandes questões éticas e sociais estarão cada vez mais em voga com a ascensão dos robôs. Eles citam as questões morais sobre o crescente uso de aviões não tripulados nas guerras e até mesmo o surgimento de um grupo de pressão chamado Campaign Against Sex Robots.

Entretanto, Beijia Ma, principal autora do relatório, disse que, ao longo dos últimos 200 anos ou mais, as sociedades acabaram encontrando formas de transformar os avanços tecnológicos em vantagens pessoais. Por isso, ela aconselha as pessoas que temem a ascensão dos robôs a aperfeiçoar suas habilidades. “Isso não deveria ser uma desgraça e tristeza. Uma das maneiras pela qual as pessoas poderiam ajudar a si mesmas é através da educação.” (GGN, 2015)

Sistemas flexíveis de produção

O cenário de crise econômica global nos anos 1970 e 1980 desferiu um duro golpe nos investimentos produtivos industriais, concomitantemente à expansão das atividades ligadas ao setor de serviços. Isso fez com que a indústria tivesse de se reorientar em relação a um mercado consumidor mais segmentado, que passou a exigir maior oferta, maior qualidade e menor preço. O modelo fordista, que tinha se desenvolvido para atender ao mercado de massa com produtos padronizados e com pouca possibilidade de flexibilização, passou a sofrer críticas.

A crise que atingiu o capitalismo a partir da década de 1970 criou um ambiente favorável ao surgimento de mudanças que representam o afastamento radical dos princípios fordistas, caracterizado como pós-fordismo. Nesse contexto, passa a se destacar um sistema de organização do trabalho denominado toyotismo (ou ohnismo), desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno, da Toyota Motor Company. Apesar de a Toyota ter adotado o modelo na década de 1950, só 20 anos mais tarde ele se tornaria paradigma do sistema industrial mundial. Suas características básicas são: flexibilidade na produção, com a capacidade de rápida alteração dos modelos a serem produzidos; organização da produção e da entrega no momento e na quantidade exatos, de modo a torná-las mais rápidas; importância da qualidade dos produtos; baixos preços com base na lógica de empresa “enxuta”; estoques baixos; e número reduzido de trabalhadores.

O toyotismo promoveu a passagem dos sistemas de produção “estáticos” para os “flexíveis”. A flexibilidade na produção está ligada à ideia de fábrica “enxuta”, pois rompe com o modelo de produção em série que necessitava de muitos trabalhadores. O Toyotismo pôde dar conta de pedidos pequenos de mercadorias, feitas especialmente para um único cliente, bem como da customização em massa. Hoje em dia, pode-se identificar esse modo de produção nas empresas que não possuem lojas físicas e vendem o produto ao cliente antes mesmo de fabricá-lo, o que só ocorre depois de as especificações serem definidas pelo consumidor na loja virtual.

O sistema just in time adotado pelo toyotismo baseia-se na coordenação minuciosa de entrega de produtos ou matérias-primas para a produção, ou seja, um sistema de terceirização pelo qual não é preciso estocar produtos. Essa produção sob demanda permite que a empresa venda o produto antes de comprar as matérias-primas necessárias para fabricá-lo. Caso ocorra qualquer problema na entrega da matéria-prima, toda a produção estará comprometida.

Esse modelo gerou ganhos para os consumidores e para a economia em geral. Proporcionou também melhora significativa na organização

capitalista do trabalho, principalmente na descentralização, na aproximação dos níveis hierárquicos e na ampliação da autonomia do trabalhador, mas manteve as relações de controle e poder. Enquanto no sistema taylorista-fordista o trabalhador se tornava especialista em uma única, simples e rotineira função, o toyotismo desenvolveu a figura do trabalhador “polivalente” ou “multifuncional”, que deveria aprender várias funções. Apesar de favorecer os aspectos ligados à criatividade do trabalhador, à produção em equipe, à qualificação, entre outros, esse modelo ainda esbarra nos limites do trabalho alienado, ou seja, o trabalhador continua a ser explorado e a não dominar todo o processo produtivo.

Dessa forma, se por um lado o toyotismo provocou grande aumento da produtividade do trabalho, por outro conservou o mesmo nível de controle sobre o trabalhador – e em algumas situações o controle até aumentou. Um exemplo disso ocorre quando os empregados estão em situação de concorrência por aumento de produtividade. Ao contrário da verticalização do controle taylorista-fordista, com sua rígida hierarquia de comando, o trabalho em equipe do toyotismo gera uma horizontalização do controle, pois cada operário fiscaliza o outro para o correto cumprimento das tarefas.

Outro fenômeno que surgiu com o toyotismo foi o sindicalismo de empresa, no qual o sindicato estabeleceu uma relação que favorece a aplicação de uma política sindical propícia a alinhar-se com a estratégia de negócios da empresa, gerando uma convergência de objetivos. Esse modelo passou a rivalizar com o sindicalismo combativo – de confronto, de classe e de luta –, típico do sistema taylorista-fordista.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as características do toyotismo listadas anteriormente, associadas ao sindicalismo de empresa, às ferramentas gerenciais – o just in time (JIT) e a kanban (cartela na qual o trabalhador antecedente indica onde parou) – e à robotização da produção, alteraram profundamente a matriz da empresa fordista e geraram novos fenômenos no âmbito da flexibilização do trabalho. Por exemplo, o que o sociólogo estadunidense Richard Sennett chamou de “corrosão do caráter”, referindo-se às expectativas impostas aos trabalhadores, que dispensam aspectos do caráter – como lealdade, objetivos de longo prazo, confiança e comprometimento – e valorizam a flexibilidade, o trabalho em rede e a possibilidade de cada um ser capaz de se reinventar o tempo todo.

O desafio atual apresentado ao trabalhador é lidar com objetivos de longo prazo em uma sociedade que enfatiza o curto prazo.

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, agora que já realizou o estudo atento e focado, leu e estudou os vários assuntos relacionados ao mundo do trabalho, chegou o momento de realizar as atividades.

Portanto, consulte os textos com muita atenção para responder, e se for oportuno, pesquise na internet, nos livros de Sociologia disponíveis na Biblioteca e esclareça suas dúvidas com o professor orientador, para enriquecer ampliar seus conhecimentos.

Lembrando que nas questões de múltipla escolha, você deverá marcar a questão correta; nas perguntas abertas, consulte o texto e escreva a resposta adequadamente e na questão de verdadeiro ou falso, você deverá identificar cada afirmativa com V ou F, classificando-as em verdadeiro ou falso. Sucesso e bons estudos.

1. Devido a esse processo não existe mais um trabalhador específico para uma tarefa específica, pois ele deve estar disponível para adaptar-se a diversas funções:

- A) processo de Industrialização
- B) processo de automação
- C) processo de produção
- D) processo de requalificação

2. Explique como ocorre a flexibilização nas formas de trabalhar e o que essa flexibilização provoca aos trabalhadores:

3. Cite os quatro aspectos que para Robert Castel explicam essa nova situação do fim do “posto fixo de trabalho”, em que o trabalho e a previdência já não significam segurança:

4. Segundo Vasapollo, como que o precariado (novo tipo de sujeito no mundo do trabalho) surgiu e quem que essa categoria de trabalhadores mais abarca na sociedade?

5. Leia as frases e identifique com V (verdadeiro) e com F (falso):

() A flexibilização é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições.

() Com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem diminuindo e reduzindo suas dimensões gigantescas.

() A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro.

() O precariado abarca principalmente os jovens sem escolaridade ou que frequentaram instituições de pouca credibilidade visível somente nos países da Europa.

() Desenvolveu-se recentemente um novo tipo de sujeito no mundo do trabalho, uma camada social situada entre as camadas inferiores na hierarquia dos trabalhadores, chamada de precariado.

6. Cite algumas mudanças que a ascensão das máquinas inteligentes, robôs, irá proporcionar na economia global:

7. (Enem)



NEVES, E. Engraxate. Disponível em: www.grafar.blogspot.com. Acesso em: 15 fev. 2013.

Fonte: <https://app.estuda.com/questoes/?id=80575> - acesso em 19 ago. 2024

Considerando-se a dinâmica entre tecnologia e organização do trabalho, a representação contida no cartum é caracterizada pelo pessimismo em relação à

- A) ideia de progresso.
- B) concentração do capital.
- C) noção de sustentabilidade.
- D) organização dos sindicatos.
- E) obsolescência dos equipamentos.

8. O que a crise econômica global obrigou a indústria a fazer?

9. Cite em que se baseia o sistema *just in time* adotado pelo Toyotismo:

FRANK E ERNEST



THAVES. Jornal do Brasil, 19 fev. 1997 (adaptado).

Fonte: <https://blogdoenem.com.br/questoes-sobre-trabalho/> acesso em 18 ago 2024

A forma de organização interna da indústria citada gera a seguinte consequência para a mão de obra nela inserida:

- A) Instabilidade nos cargos ocupados.
- B) Desconhecimento das etapas produtivas.
- C) Melhoria da qualidade do trabalho.
- D) Eficiência na prevenção de acidentes.
- E) Ampliação da jornada diária

Sugestão de pesquisa

- **Pesquisa sobre o dia 1º de Maio e sua importância para o trabalho no Brasil.**

Na biblioteca ou na sala de informática do CEEJA que você frequenta, faça uma pesquisa sobre o 1º de Maio, com base no roteiro a seguir:

- Por que esse dia é comemorado?
- O que aconteceu na história para que esse dia fosse lembrado?
- Como o 1º de Maio é comemorado na sua cidade?
- Como os direitos sociais relacionados ao trabalho foram conquistados?

PARA SABER MAIS:

Caro estudante, os textos abaixo visam enriquecer e contextualizar seus conhecimentos, pois são textos importantes e essenciais sobre o trabalho e algumas novidades atuais. Boa leitura e bons estudos.

A jornada de trabalho no capitalismo no século XIX

“Que é uma jornada de trabalho?” De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade!

[...] Em vez de a conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador.

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, puro e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feito fluir. [...]

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida. marx, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. p. 211-212.

Entendendo o conceito de mais-valia de Karl Marx

Um conceito marxista fundamental para entender a exploração do trabalhador pelo capitalista é o de mais-valia: a diferença entre o que o trabalhador produz e o valor do salário que ele recebe.

Para explicar melhor esse conceito, vamos utilizar o exemplo de um operário contratado para trabalhar em uma indústria. Ao assinar o contrato, ele aceita trabalhar, por exemplo, oito horas diárias, ou 40 horas semanais, em troca de determinado salário. O capitalista passa, a partir daí, a ter o direito de utilizar essa força de trabalho no interior da fábrica. O trabalhador, em quatro ou cinco horas diárias, produz o referente ao valor de seu salário total; as horas restantes, nas quais ele continua produzindo, são apropriadas pelo capitalista. Isso significa que, diariamente, o empregado trabalha três a quatro horas para o dono da empresa, sem receber pelo que produz. O que ele produz nessas horas a mais constitui a mais-valia, que o proprietário consegue separar para si antes mesmo de vender o produto gerado no processo de trabalho.

No processo de extração de mais-valia, os capitalistas utilizam duas estratégias: aumentam o número de horas trabalhadas mediante a contratação de mais funcionários ou da ampliação das jornadas de trabalho, gerando a mais-valia absoluta; introduzem diversas tecnologias e equipamentos a fim de aumentar a produção com a mesma quantidade de trabalhadores (ou mediante a redução dessa quantidade), elevando a produtividade do trabalho, mas mantendo o mesmo salário, gerando a mais-valia relativa.

O capitalista reaplica parte do montante de mais-valia apropriado na produção de mercadorias e acumula outra parte. Esse processo é o que Marx chama de acumulação original de capital, ou seja, a acumulação de mais-valia ou de trabalho não pago.

PEC das Domésticas

Foi aprovada, em março de 2013, uma nova proposta de regulamentação do trabalho doméstico. Conhecida como PEC das Domésticas, é considerada um avanço e uma conquista para esses trabalhadores, em sua esmagadora maioria composta por mulheres.

A nova lei definiu algumas mudanças que entraram em vigor a partir da data de sua aprovação, enquanto outras dependem de novas regulamentações. As alterações que estão em vigência desde o início de 2013 são as seguintes:

“[...] Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado; a irredutibilidade

salarial, salvo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho; a licença à gestante de 120 dias; a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; 13o salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; jornada de trabalho de 44 horas semanais e não superior a oito horas diárias; o direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; hora extra; férias anuais remuneradas com direito a 1/3 do salário; [...] licença-paternidade de cinco dias; aviso-prévio; redução dos riscos inerentes ao trabalho; aposentadoria e integração à Previdência Social; reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho; proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e de critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos”.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/pec-das-domesticas-e-aprovada.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural**. Revista Theomai, n. 19, 2009. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/124/12415104007.pdf> Acesso: jun 2024
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Os problemas sociais no campo brasileiro. Brasil Escola, [s.d] Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/os-problemas-sociais-no-campo-brasileiro.htm> Acesso: jun 2024.
- GGN. Relatório diz que robôs podem deixar 47% dos trabalhadores dos EUA sem emprego. Jornal GGN, 2015.) Disponível em <https://jornalgggn.com.br/trabalho/a-historia-de-taylor/> Acesso: jun 2024
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 140, 148.
- MINAS GERAIS. **Currículo referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/curriculo-referencia-ensino-medio> Acesso: maio 2024
- MINAS GERAIS. **Planos de Curso EJA MG 2024**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg> Acesso: 18 maio 2024
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar. **Sociologia para jovens do século XXI** - 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.
- POLON, Luana Caroline Kunast Polon. **As relações entre a cidade e o campo**. [s.d] Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/geografia/as-relacoes-entre-cidade-campo.htm> Acesso em 18 de maio de 2024.
- SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), Secretaria da Educação (SEE). **Sociologia : caderno do estudante**. São Paulo, 2015. - Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 1) Disponível em <https://www.ceejaxmax.com/servi%C3%A7os/ensino-medio/sociologia/> Acesso: jun 2024
- SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- TOMAZI, Nelson Dacio. ROSSI, Marco Antônio. **Sociologia para o ensino médio**: volume único. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.